



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de novembro de 2022 foram visados expressamente 175 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 440 milhões de euros.

No mesmo período, houve quatro recusas de visto, no valor de quase 15 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE NOVEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	60	25,00	216 885 283,36	46,33
Visto com Recomendações	70	29,17	157 648 553,57	33,68
Declaração de Conformidade Homologada	45	18,75	65 063 520,13	13,90
Recusa de Visto	4	1,67	14 985 738,52	3,20
Outras extinções da instância (*)	61	25,42	13 526 524,21	2,89
TOTAL DE DECISÕES	240	100	468 109 619,79	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	744	35,18	4 510 855 952,68	70,46
Visto com Recomendações	630	29,79	1 543 917 373,17	24,12
Declaração de Conformidade Homologada	234	11,06	248 980 772,99	3,89
Recusa de Visto	22	1,04	61 735 912,29	0,96
Outras extinções da instância (*)	485	22,93	36 727 558,94	0,57
TOTAL DE DECISÕES	2115	100	6 402 217 570,07	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão